



## O IMIGRANTE E A IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

Cecilia Noriko Ito Saito<sup>1</sup>

A imigração japonesa para o Brasil teve início no final do século XIX, após inúmeras tentativas fracassadas de migrações internas ocorridas no Japão. O declínio da era feudal (*era Edo*: 1603-1868), período em que o país permaneceu fechado por mais de dois séculos e meio ao exterior, assinala o início da chamada *Restauração Meiji* (1868-1912) e o retorno da figura do imperador ao poder. O país sofria pela zona rural empobrecida, com escassas áreas produtivas e carência na subsistência do seu povo. A solução encontrada pelos governantes japoneses foi acelerar o incentivo à emigração para o exterior.

Com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão, assinado em 1895, a imigração japonesa para o Brasil foi facilitada, marcando definitivamente o percurso histórico de duas nações que ainda não se conheciam oficialmente. No ano anterior, a vinda do deputado japonês Tadashi Nemoto favoreceu a recomendação do Brasil ao Japão, como país adequado para acolher os primeiros imigrantes. Porém, antes mesmo do Brasil, em 1868, 42 japoneses emigraram para a ilha de Guam, no Pacífico, e nessa mesma época, 153 trabalhadores vão para o Havai para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, e em seguida, para a China, Estados Unidos, Canadá, México e Peru. O acordo inicial do processo de imigração japonesa para o Brasil foi assinado no dia 06 de Novembro de 1907, entre a Companhia Imperial de Imigração Tóquio-Japão, e o governo do Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> Presidente do Centro de Pesquisas em Cultura Japonesa de Goiás (CPCJ-GO).  
E-mail: <ceciliasaito@uol.com.br>.

Por outro lado, no início do século XX, o Brasil ainda era considerado apenas um fornecedor de produtos primários aos países industrializados, e sua economia, baseada na agricultura monocultora era movida pela exportação do café e pela utilização de mão de obra escrava. Com a abolição da escravatura em 1888, a necessidade de mão de obra para as lavouras tornou-se urgente e a entrada de mão de obra estrangeira passa a ser incentivada a fim de suprir parte dos problemas encontrados pelos setores produtivos. Assim, entre “1820 a 1937 entraram no Brasil quatro milhões e seiscentos mil trabalhadores estrangeiros” (MOTA, 2008, p. 32).

A primeira embarcação que deu início à imigração japonesa para o Brasil partiu do Porto de Kobe, no dia 28 de abril de 1908. Durante 52 dias, a tripulação do navio *Kasato Maru*, compartilhou sonhos, alegrias, esperanças e também muitas tristezas. Grande parte dos imigrantes pioneiros carrega em suas lembranças momentos de superação e sofrimento motivado por perdas, enfermidades e falta de suprimentos durante o percurso. As únicas paradas aconteceram em Cingapura e na África do Sul, tornando a viagem muito mais cansativa. Entretanto, com o intuito de amenizar o transtorno dos muitos dias de confinamento, os japoneses procuravam organizar gincanas, movimentando principalmente as crianças e os idosos, e adaptavam espaços que funcionavam como escola para o ensino e aprendizagem do português. Finalmente, após longos dias, a embarcação aporta no cais 14, do Porto de Santos, no dia 17 de junho. O desembarque dos imigrantes teve início somente na manhã seguinte, dia 18 de junho de 1908, marcando irreversivelmente a história da imigração japonesa no Brasil. Os 781 imigrantes vieram de várias províncias<sup>2</sup>: Fukushima, Tóquio, Kumamoto, Ehime, Hiroshima, Kochi, Niigata, Yamaguchi e, em maior número, das províncias de Okinawa, Kagoshima e Fukushima.

Após o desembarque no Porto de Santos, os imigrantes seguiram para São Paulo, pela via férrea São Paulo Express, rumo à Hospedaria do Imigrante onde permaneciam por cerca de nove dias até a definição do local de trabalho para cada família. Na manhã do dia 27 de junho, teve início a partida dos primeiros imigrantes para as seis fazendas mais importantes: Fazenda Dumont (recebeu 51 famílias), Fazenda Guatapará (23), Fazenda São Martinho (27), Fazenda Sobrado (15), Fazenda Floresta (24), Fazenda Canaã (24) e dez imigrantes permaneceram em São Paulo. Ao chegarem às fazendas a dura realidade era rapidamente percebida.

---

2 Segundo dados do Museu Histórico da Imigração Japonesa, os 781 imigrantes vieram das seguintes províncias: Okinawa (324); Kagoshima (172); Fukushima (107); Hiroshima (66); Kumamoto (49); Ehime (21); Yamaguchi (20); Miyagi (10); Niigata (9); Tóquio (3).

O início da vivência no Brasil significava, aos olhos da grande maioria, uma situação alarmante, as acomodações precárias (nas casas de pau a pique) e a falta de condições mínimas de higiene nada condiziam com a proposta oferecida aos imigrantes no Japão. Não bastasse o desconforto das acomodações e a jornada dura de trabalho pesado, ainda havia a questão dos baixos salários, que mal conseguiam pagar as despesas básicas. As inúmeras complexidades iniciais, aliadas ao desconhecimento da língua e dos hábitos alimentares, uma vez que os japoneses não tinham o costume de consumir gordura animal em suas refeições, acabavam motivando a ideia de fuga noturna nos trabalhadores. Os fazendeiros, por sua vez, tendo passado pelo processo da abolição da escravatura, ainda não estavam adaptados ao tratamento da mão de obra assalariada.

Em um breve recorte contextual, no ano de 1914 ocorre a interrupção no processo migratório devido a Primeira Grande Guerra Mundial, sendo novamente retomado em 1916. Nesse mesmo ano, no Brasil, fundam-se os primeiros jornais da colônia japonesa, o *Nanbei* e o *Nippak Shinbum*, responsáveis pela atualização das informações aos imigrantes. Com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, percebe-se certa integração intercultural com a formatura de duas professoras primárias japonesas no Brasil, Teruko e Akiko Kumabe. Em 1923 é instalada a primeira embaixada do Japão, na cidade do Rio de Janeiro, e dois anos depois, em 1925, o governo japonês passa a oferecer subsídios para incentivar a emigração ao Brasil. Com a queda da bolsa de Nova York em 1929, o Brasil passa por momentos de fragilidade devido à suspensão nas exportações de café. Nesse período ocorreram inúmeras migrações internas<sup>3</sup> inclusive trazendo as primeiras caravanas de imigrantes japoneses para o Estado de Goiás.

Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas dá início ao Estado Novo. Por outro lado, o governo japonês, interessado em manter o fluxo de imigrantes para o Brasil passa a arcar sozinho com as despesas do envio de imigrantes, e este estímulo torna os anos de 1933 e 34 os anos auge da imigração. Com a Constituição de 1934 instituem-se as cotas para a imigração de japoneses, situação piorada em 1938, com as medidas restritivas aos japoneses, culminando no fechamento de mais de 200 escolas japonesas existentes no Brasil. Aos imigrantes japoneses

---

<sup>3</sup> Conforme MOTA (2008, p. 134), as migrações internas são deslocamentos de grupos humanos de forma duradoura ou definitiva, acompanhados ou não de mudança profissional que se processam no interior de um espaço geográfico.

restava ainda o reflexo dos horrores da Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939, e as constantes discriminações sofridas, a exemplo da proibição de jornais, rádios e outros meios de comunicação em língua estrangeira no Brasil. Em 1942, o rompimento das relações diplomáticas com o Japão também interrompe a imigração japonesa para o Brasil.

Em 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, ocorre no Brasil o movimento *Shindo Renmei*<sup>4</sup>, composto por imigrantes japoneses dos chamados *kachigumi* (aqueles que acreditavam na vitória do Japão), que passavam a perseguir e assassinar os próprios companheiros, aqueles acreditavam na veracidade da notícia da derrota do Japão, os *makegumi*. Foi um movimento de repercussão nacional ocorrido principalmente na região da Alta Paulista, no Estado de São Paulo. Somente em 1953 com a retomada das relações diplomáticas com o Japão ocorre o reinício da vinda de imigrantes ao Brasil. Na década de 1960, o Japão passa a apresentar um grande desenvolvimento econômico, diminuindo gradativamente o número de imigrantes para o Brasil.

### **Imigração Japonesa para o Estado de Goiás**

Embora em alguns cartórios de registro civil constem nascimentos de descendentes japoneses antes da década de 1930<sup>5</sup>, a primeira caravana de imigrantes japoneses, que efetivou o processo imigratório chegou ao município goiano em 1929, trazendo cerca de trinta pessoas de sete famílias. Entre elas a família Yoshida, Aratake, Nishimura. No ano seguinte, em 1930, chegaram mais 24 famílias, Matsuoka, Taia, Namba, Massuda e outras, e no ano de 1931 vieram as famílias Kuramoto, Ywamoto e Fukushima e anos depois, em 1955, a família Itii<sup>6</sup>.

A vinda destas famílias “representou um desdobramento da imigração para as terras paulistas e mineiras” (MOTA, *ibidem*, p. 134). A escolha dos imigrantes pelo Estado de Goiás, segundo relato de um dos pioneiros Sr. Akira Fukushima<sup>7</sup>, foi devido ao interesse no cultivo do café, motivado pela promessa do prefeito

---

4 Sobre esta passagem, o jornalista Fernando Moraes detalha de forma minuciosa em seu livro (MORAES, 2000).

5 Conforme pesquisa levantada por MOTA (2008, p. 162-64).

6 *Jornal de Nerópolis*, fev. 1988, p. 6.

7 *Idem*.

de Anápolis de que as terras da região seriam devolutas, ou seja, aos interessados caberia apenas o pagamento de uma taxa no ato do cadastramento para, em seguida, receberem as escrituras definitivas de posse das terras, o que efetivamente não aconteceu.

A implantação de uma colônia japonesa no município de Anápolis constituía um dos objetivos da Companhia Japonesa de Colonização do Estado de Goiás, representada pelo seu diretor, o japonês Tsuneshiro Ishibashi. Dentre seus propósitos estava a instalação das famílias na Vila do Cerrado (atual Nerópolis). Segundo relato dos imigrantes, apesar do Sr. Ishibashi ter recebido o montante das taxas para as escrituras, abandonou o projeto deixando o Sr. Kamekichi Matsuo em seu lugar, que nada fez em relação à providência das escrituras de posse das terras. Por outro lado, conclui-se que a municipalidade realizou transação indébita, alienando terrenos que eram do Estado e cuja venda foi anulada. Com a Revolução de 30, a cidade de Anápolis passou a ser administrada pelo prefeito nomeado e os encarregados agiram em consonância com as diretrizes federais, não tendo condições de atender a demanda da titulação das terras. Somente a partir de 1935, as famílias que permaneceram no local puderam receber as escrituras de posse de suas terras, porém, a partir de *nova* compra das mesmas.

A plantação de café foi uma atividade desastrosa para os inexperientes agricultores que, além de não contarem com a técnica básica necessária para o plantio inicial, descobriram que o solo não tinha as características favoráveis que imaginavam. Para dificultar ainda mais a situação, no final dos anos 30, foram surpreendidos por uma forte geadada que inviabilizou o progresso de novos investimentos com o café. Com isso, muitas famílias

voltaram para o interior de São Paulo, Minas Gerais e outras localidades em busca de novos empreendimentos. Muitos dos que ficaram permanecem até hoje.

Em 2010, com o intuito de homenagear os imigrantes japoneses pioneiros do Estado de Goiás, em comemoração aos 80 anos da imigração japonesa na cidade de Nerópolis, coordenei o Projeto *Imaginário Coletivo* em parceria com a Prefeitura e a Câmara Municipal de Nerópolis, a Associação Nipo Brasileira de Goiás, a Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás e o Centro de Pesquisa em Cultura Japonesa de Goiás (as três últimas localizadas em Goiânia). O convite partiu da pesquisadora Nara Cristina da Silva, quem idealizou o evento. O projeto envolveu a participação de mais de 50 colaboradores voluntários, inclusive membros da Secretaria da Cultura de Nerópolis e foi considerado um evento de sucesso. Destaco o belo trabalho dos nossos pesquisadores na elaboração do calendário comemorativo (distribuído pela Prefeitura aos convidados) e o incansável labor dos professores, alunos, pais e amigos da Escola Modelo de Língua Japonesa de Goiás. A partir deste projeto, a Câmara aprovou a data de 18 de julho como o dia oficial do imigrante japonês na cidade de Nerópolis.

## Referências

*Almanaque do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos. A história da Shindo Renmei*. Companhia das Letras, 2000.

MOTA, Fátima A. C.; ANBG. *Meia volta ao mundo, imigração japonesa em Goiás*. Goiânia: ANBG, 2008.

SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.